

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS NA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA (1974-1976)

Entre integração política e institucional

Marco Lisi

O estudo dos partidos políticos nos processos de transição¹

Vários autores sublinharam, de formas diferentes, que a incerteza e a variedade dos acontecimentos são as características principais do processo de transição de um regime para outro.² Se considerarmos que os factores políticos são as variáveis mais importantes na análise dos fenómenos de transformação dos regimes políticos, é possível evidenciar duas componentes fundamentais. Em primeiro lugar, a existência de formas de democracia “restrita” ou limitada, em que o pluralismo político é condicionado pela presença de coligações de dominação, ou de poder.³ As características e as transformações destas coligações são fundamentais para o estudo do processo de transição, ao determinarem não apenas a lógica das relações entre os principais actores políticos, condicionando o sistema de constrangimentos e oportunidades, mas também a organização do poder político-administrativo, socioeconómico e, nalguns casos, militar. A segunda componente é o surgimento e a evolução dos actores partidários que procuram afirmar-se como os principais sujeitos dentro do circuito da representação política. Todavia, os partidos políticos, sobretudo no começo da transição, são muitas vezes actores secundários dentro do regime, procurando influenciar as características do novo regime numa lógica de competição (de colaboração ou conflitual) com os sujeitos que compõem as coligações de poder.

Apesar da diversidade dos modelos organizativos e das estratégias adoptadas, assim como da colocação nos respectivos sistemas partidários, os partidos desenvolvem funções fundamentais no âmbito das democracias representativas. Com inclusão das “massas” na esfera política e a expansão dos direitos civis e políticos, as forças partidárias tornam-se os principais instrumentos de ligação entre as instituições, por um lado, e a sociedade civil, por outro, permitindo a expressão e a representação dos interesses de diferentes sectores sociais. As democratizações da “terceira vaga” caracterizam-se pela simultânea abertura da participação e da competição eleitoral, facto que leva os partidos, ao contrário do que aconteceu nas transições das democracias ocidentais consolidadas, a privilegiarem a esfera institucional, marginalizando o papel dos filiados e o estabelecimento de laços com a sociedade civil.⁴ A função de integração política — entendida como a organização e a estruturação do comportamento dos indivíduos e de grupos sociais através de relações de lealdade e de identificação partidária (pró ou anti-sistema) — seria, por isso, subordinada à integração institucional, que tem como objectivo o controlo das

actividades a nível do poder executivo e legislativo e da articulação e harmonização dos conflitos entre diferentes unidades institucionais e territoriais. As formas de mobilização e de politicização utilizadas pelos partidos durante o período de formação organizativa reflectem estas duas lógicas diferentes, sendo que a interacção entre actores partidários e não partidários influencia a prioridade atribuída a uma ou outra área, assim como os recursos disponíveis para alcançar os principais objectivos.

No caso português, o PCP representa uma excepção, sendo o único partido que construiu durante a democratização uma estrutura de massas e um forte enquadramento dos militantes. Esta anomalia pode ser interpretada como uma consequência da aplicação do modelo ideológico leninista à organização do partido, tendo como objectivo principal a instauração de um regime socialista através de um processo revolucionário. Todavia, esta interpretação não considera as dinâmicas inter-partidárias e, em particular, o facto de a competição (e contraposição) entre o PCP e os restantes partidos não ter dado origem a partidos mais estruturados do ponto de vista organizativo, como é o caso do PS e do PSD. Por outro lado, a análise dos recursos utilizados quer a nível político-institucional quer a nível social, ultrapassando uma perspectiva teleológica, permite evidenciar as diferenças e os traços em comum entre os partidos a partir das características do contexto e das actividades desenvolvidas pelos diversos sujeitos. Deste ponto de vista, torna-se necessário analisar não apenas as relações inter-partidárias, mas também a estratégia organizativa e de mobilização implementada pelo PCP nas diferentes fases da transição. A hipótese principal que se procura desenvolver neste trabalho é que o contexto institucional e os constrangimentos (e oportunidades) do ambiente externo influenciaram de forma determinante a estratégia organizativa e de mobilização do PCP.

Para a análise do percurso de integração institucional e política do PCP na fase da transição consideram-se três variáveis principais. A primeira é a interacção entre actores partidários e a elite militar; a segunda dimensão prende-se com as relações inter-partidárias e as características da competição; a terceira analisa a estrutura organizativa e a sua acção no sentido da participação e da mobilização. As três componentes correspondem às principais arenas em que os partidos têm de actuar no processo de transição, influenciando-se reciprocamente: através da interacção e da evolução destas dimensões é possível explicar melhor não apenas a(s) estratégia(s) do PCP, mas também o eventual processo de transformação de cada componente e a posição ocupada no sistema político-partidário.

Constrangimentos e oportunidades institucionais: as relações entre o PCP e a elite militar

O golpe militar de 25 de Abril, deu origem a novos órgãos de poder e marcou, pelas suas características, a evolução do processo político e os actores principais que o lideraram. A literatura existente sobre transições democráticas evidenciou a particularidade do golpe do Movimento das Forças Armadas (MFA) e o papel que a elite

militar desenvolveu para o derrube do regime ditatorial e para a sucessiva instauração democrática.⁵ Os oficiais militares que conduziram o golpe tinham como base comum uma “moção de censura” contra o antigo regime autoritário, permanecendo porém profundas divergências em relação ao rumo e às características do novo regime. O MFA, através da Junta de Salvação Nacional (e depois do Conselho dos Vinte), tornou-se o principal actor político, ocupando as instituições políticas emergentes: numa perspectiva comparada, o processo de transição em Portugal caracterizou-se desde logo pela subordinação do poder político-partidário ao poder militar.⁶

As relações entre o partido comunista e a elite militar passaram durante o processo de transição por diferentes fases. A primeira sucessiva à queda do regime autoritário, foi caracterizada pelo conflito entre a facção liderada pelo general Spínola e o MFA, sobretudo através da Comissão Coordenadora do Programa (CCP). A questão da descolonização foi o motivo principal das divergências no seio da elite militar, agudizando as tensões dentro das instituições que culminaram com os acontecimentos do 28 de Setembro. A presença fundamental das Forças Armadas (FA) no sistema político levou o PCP a reconsiderar, na teoria e na prática, o papel que este actor, tradicionalmente representante de uma ideologia de direita e portanto, à partida, antagonista directo das forças de esquerda, deveria desenvolver no processo de democratização.⁷

Apesar da incompatibilidade ideológica e programática do PCP em relação ao presidente Spínola, o apoio comunista ao MFA caracterizou-se nesta primeira fase por uma estratégia defensiva.⁸ ainda não havia garantias acerca da legalização do partido e a presença dos militares representava uma das incógnitas no rumo que a transição iria tomar. Esta atitude de prudência é demonstrada pela permanência de uma estrutura ilegal ainda nos primeiros meses sucessivos ao 25 de Abril e por uma organização específica para o relacionamento entre os principais dirigentes do PCP e os militares (ver *infra*). Face à crescente hostilidade entre Spínola e o partido comunista,⁹ verificou-se uma progressiva convergência entre o PCP e o MFA fora e dentro do governo não apenas pelo facto de partilhar, juntamente com o MDP/CDE, a legitimidade revolucionária — vinda da oposição ao regime autoritário (*backward*) — como também por se tratar do único partido com uma forte estrutura organizacionativa. Esta aproximação consolidou-se através da imagem moderada e “fiel” que os dirigentes comunistas manifestaram durante o I e o II governos provisórios.

Os acontecimentos do 28 de Setembro, relacionados com a manifestação da “maioria silenciosa”, não resolveram os problemas relativos à elite militar e à institucionalização de uma maioria. A oposição dentro das FA entre um critério hierárquico e não-hierárquico,¹⁰ as prerrogativas atribuídas ao COPCON e a indefinição das linhas políticas expressas pelo Programa do MFA contribuíram para uma progressiva desagregação do Estado e da elite militar, assim como para a dificuldade da formulação e implementação dos diferentes projectos políticos.

A partir do II governo provisório, a estratégia principal do PCP baseou-se em duas componentes: por um lado, tentar influenciar e cooptar os sectores mais progressistas das FA (e, nomeadamente, da CCP); por outro, apoiar, juntamente com o

MDP/CDE, a presença dos militares nas instituições políticas, ao contrário dos outros partidos presentes no governo provisório. As divisões ainda presentes na elite militar representavam uma oportunidade para o PCP desenvolver um papel parcialmente autónomo e independente, como se verificou não apenas por ocasião do 28 de Setembro, mas também na implementação das políticas públicas. Neste contexto, a inefectividade dos órgãos institucionais permitiram ao PCP alcançar uma integração *sui generis* fora do quadro jurídico então em vigor e das relações de força formais, como, por exemplo, no caso dos saneamentos e dos movimentos grevistas.¹¹

A constituição de uma coligação de poder no seio da elite militar teve origem na capacidade organizativa da facção liderada pelo primeiro ministro e na apatia de muitos sectores das FA. Todavia, o controlo da ala “gonçalvista” sobre o MFA realizou-se à custa de divisões e contradições dentro das FA: a luta concorrencial entre as diferentes facções militares emergiu antes com a discussão da política económica e da questão sindical, mas centrou-se sobretudo no problema da institucionalização do MFA e da perspectiva das eleições. A duração do “regime de excepção” condicionou os objectivos das forças políticas e marcou o rumo impresso pela elite militar no poder.

O PCP será o primeiro partido a levar a questão da institucionalização do MFA a debate público num discurso de Cunhal em Braga no fim de Novembro de 1974, no sentido de julgar indispensável a participação do MFA na elaboração da futura Constituição.¹² É, de facto, com o debate sobre o plano económico e a institucionalização que se começa a definir o alinhamento entre as posições do PCP e o primeiro-ministro, embora só depois do 11 de Março se defina claramente um controlo da ala “gonçalvista” sobre a elite militar. Face às divisões presentes nas FA, as linhas progressistas avançadas por Vasco Gonçalves correspondiam à única possibilidade de manter a unidade da elite militar e assegurar o controlo sobre o processo político. Isso era tanto mais importante quanto mais se aproximava a data das eleições que punham em causa o processo revolucionário e ameaçavam provocar ainda maiores divisões nas forças militares e civis com o surgimento da legitimidade eleitoral defendida pelos sectores político-militares moderados.

A tentativa de golpe do 11 de Março deu a oportunidade ao partido comunista e à facção militar liderada pelo primeiro-ministro de concretizar dois objectivos comuns: o primeiro era afastar os elementos militares mais conservadores — a facção “spinolista” —, ultrapassando o impasse institucional e governamental através da aliança entre moderados e “gonçalvistas”; o segundo era a implementação de profundas transformações económicas e sociais, que marcavam definitivamente o começo do rumo para o socialismo. Embora o golpe tivesse origem na decisão do MFA de se institucionalizar, o PCP aproveitou as oportunidades institucionais procurando marginalizar as forças político-militares conservadoras e afirmando a legitimidade revolucionária face aos futuros resultados eleitorais.

A institucionalização do MFA contribuiu para a consolidação das clivagens dentro da elite militar que foram só temporariamente ultrapassadas através da reacção conjunta contra a ameaça de tomada de poder por parte das forças militares mais conservadoras, atribuindo assim uma maioria de esquerda no seio do máximo órgão

institucional, o Conselho Superior da Revolução (CR), em que se encontravam várias correntes com diferentes orientações ideológicas.

É um facto que, depois das eleições para a Assembleia Constituinte, a elite militar tentou — sem nunca conseguir — redigir e realizar um plano estratégico que traçasse as linhas principais do processo de transição: os vários projectos que surgiram entre Maio e Agosto de 1975 mostram o conflito entre as diversas correntes do MFA para tentar impor a própria interpretação do processo de transição, procurando, ao mesmo tempo, condicionar ou ultrapassar os trabalhos que se iam desenvolvendo na Assembleia Constituinte. Os objectivos dos vários planos não eram apenas derrotar as diferentes facções e influenciar a nova Constituição, mas também agregar o apoio partidário necessário para sustentar o governo: deste ponto de vista, a composição das forças partidárias não reflectia completamente as clivagens presentes no MFA, onde — para além de haver uma crescente influência por parte da extrema-esquerda — cada facção procurava agora apoios conjunturais ou *ad hoc* para manter, ou conquistar, um poder maior. As medidas de transformação económica e social e as eleições de 25 de Abril de 1975 foram as causas mais próximas desta “sobreposição imperfeita” entre as forças civis e militares, determinando a radicalização das respectivas posições e, a nível governamental, uma situação de ineficácia e inefectividade que incentivou a expressão de profundos conflitos sociais.

Se o ponto de máxima convergência entre o PCP e a facção “gonçalvista” no poder foi alcançado entre o 11 de Março e as primeiras eleições de 1975, com a publicação do Plano de Acção Política (PAP) e, sucessivamente, do Documento Guia da Aliança Povo-MFA, tornou-se cada vez mais evidente o começo de uma viragem do PCP que optou por deixar a defesa intransigente e global do governo para consolidar as posições dentro do CR e do poder militar, nomeadamente procurando, num primeiro momento, um entendimento entre “otelistas” e “gonçalvistas” e, posteriormente, entre “gonçalvistas” e o “grupo dos nove”.¹³ A crise institucional que se abriu com a queda do IV governo provisório representou a oportunidade, para o PCP, de influenciar a correlação de forças dentro da elite militar, procurando a constituição de uma maioria progressista-radical que pudesse continuar uma transição rumo ao socialismo. É neste sentido que a resolução tomada pelo Comité Central (CC) do PCP, a 10 de Agosto de 1975, afirmava a necessidade de manter a unidade militar e demonstrava a dependência da elite militar na estratégia perseguida, manifestando a disponibilidade do PCP para encontrar novos aliados em todos os sectores militares.¹⁴

Na linha avançada pelo PCP não faltaram elementos de incerteza e contradições, dada a multiplicidade das soluções prospectadas e a instabilidade das posições dos vários sujeitos: com a progressiva perda de poder dos militares “radicais” e o aumento dos conflitos entre as três principais facções (“gonçalvistas”, “otelistas” e o “grupo dos nove”) diminuía o nível de legitimação institucional do PCP, sobretudo a partir da formação do VI governo provisório. De facto, depois da reorganização militar e institucional que se seguiu à Assembleia de Tancos, o PCP perdia o principal referente da integração alcançada no interior das estruturas das FA e do sistema político: este processo de marginalização e a diminuição da influência

exercida a nível institucional culminou com o 25 de Novembro, que conseguiu impor a institucionalização de uma coligação moderada dentro da elite militar.¹⁵ O partido comunista foi assim obrigado a adoptar uma atitude mais defensiva no sentido de manter as “conquistas revolucionárias”, mas reivindicando ainda o papel fundamental dos militares na vida política portuguesa, como foi evidenciado pelas negociações que levaram ao II pacto partidos-MFA, sendo a identificação entre o avanço da revolução e a intervenção dos militares o ponto forte da teoria e da prática da acção comunista.

As relações inter-partidárias: da hegemonia ao isolamento

Depois da queda do regime autoritário, o sistema partidário emergente caracterizou-se, para além de uma consistência geográfica fortemente desequilibrada, por uma elevada fragmentação e pelo contexto de “esquerdismo latente”.¹⁶ Os principais actores partidários — o PCP, o Movimento Democrático Português (MDP), o Partido Socialista (PS) e o Partido Popular Democrático (PPD) — apresentavam posições ideológicas e programáticas de esquerda, deixando vazio o espaço político normalmente ocupado por partidos do centro e, sobretudo, da direita. Para além destes actores principais, verifica-se a formação de pequenos grupos políticos que, tanto à esquerda quanto à direita, tentam constituir-se como referentes importantes na política nacional, embora tenham um carácter essencialmente urbano.¹⁷

Com a formação do I e do II governo provisório, o sistema partidário começou a definir-se através da política de unidade evidenciada pela participação dos quatro partidos no governo provisório. O “unitarismo”, lançado pelo PS e pelo PCP logo depois do 25 de Abril, veio constituir uma constante das relações entre os dois principais partidos da esquerda pelo menos até Janeiro de 1975, apesar de alguns conflitos evidentes, nomeadamente sobre a transformação do MDP em partido. A estratégia de unidade, reivindicada sobretudo pelo PCP, manifestou desde logo uma grande dificuldade em afirmar-se, pois era criada sobre um consenso negativo, sem partilhar nenhum projecto ou solução comum em relação às principais questões que surgiram durante a transição, enfraquecendo a legitimidade e a integração institucional dos partidos em relação ao poder militar. Segundo a interpretação do PCP, a questão da “unidade” constituía o pressuposto para que pudesse funcionar a aliança povo-MFA, isto é, o avanço do processo revolucionário através das duas componentes fundamentais — militar e popular: como veio a confirmar o VII congresso do partido em Outubro de 1974, não se tratava de uma estratégia conjuntural mas das consequências teórico-ideológicas da “revolução democrática e nacional”.¹⁸

As relações entre o PCP e o MDP são, ainda hoje, um tema pouco aprofundado que merece ser objecto de futuras investigações. Dadas as origens do MDP, este movimento conseguiu alcançar um elevado grau de confiança por parte dos militares depois do 25 de Abril: isso reflectia-se não apenas numa grande influência ideológica mas também na utilização da estrutura organizativa, de que dispunha de forma bastante homogénea por todo o país.¹⁹ A nível das posições programáticas, a

identificação entre MDP e PCP reforçou-se ao longo dos primeiros meses: depois da formação do I governo provisório, as principais questões de política nacional e local (a luta pelas liberdades, o apoio ao MFA, a descolonização baseada na independência, o processo de saneamento e a luta contra os movimentos grevistas) constituíram o eixo que determinou a unidade de acção das duas forças políticas. Por outro lado, a coincidência das linhas estratégicas veio progressivamente afirmar a imagem de dominação comunista sobre o MDP,²⁰ levando a um duro conflito entre o Movimento, por uma lado, e o PS e o PPD, por outro, por ocasião da transformação do MDP em partido em Agosto de 1974. Apesar de, do ponto de vista da composição interna, existirem exponentes dentro do MDP de vários sectores democráticos não identificados com o PCP,²¹ evidenciou-se neste período uma estreita aliança entre o partido comunista e o MDP que constituía o principal aliado para a realização da sua estratégia política nacional e local. Esta aliança não se limitou apenas a uma aliança funcional para levar a cabo o processo de saneamentos, mas também previa uma divisão do trabalho entre partido e “frente” que tinha como objectivo principal prolongar e manter a influência do PCP em certos sectores civis e militares.

A relação entre o partido comunista e o partido socialista assumiu neste período um papel determinante para a estruturação do sistema partidário e do sistema de alianças. Foram dois os factores que influenciaram a evolução das ligações entre os dois partidos. Em primeiro lugar, a situação incerta vivida dentro do PS, até Janeiro de 1975: com a realização do primeiro congresso socialista, a elite dirigente do PS tomou uma posição de hostilidade em relação ao PCP, levando à formação da Frente Socialista Popular (FSP). Em segundo lugar, as políticas públicas (sobretudo no sector económico) e os principais temas da agenda política — institucionalização do MFA, “unicidade” — representaram instrumentos fundamentais para reforçar a legitimidade revolucionária, estabelecendo diferentes relações entre partidos políticos e militares. A questão sindical e a discussão do plano económico, pondo em evidência que as posições defendidas pelos dois partidos dependiam em primeiro lugar da correlação de forças dentro do MFA, dava a possibilidade ao PS de captar importantes consensos dentro das FA e estabelecer uma estrutura de competição com o partido comunista para além do campo organizacional. Esta lógica ameaçava criar uma convergência entre civis e militares num sentido hostil à estratégia comunista, facto que levou o PCP a prosseguir novas tentativas de aproximação com os socialistas.²²

Até à crise do IV governo provisório, os ataques dos partidos e movimentos de extrema-esquerda às instituições e aos partidos que participavam no governo provisório determinaram a hostilidade do PCP, que criticava de forma intransigente todas as acções levadas a cabo pelas forças políticas mais radicais e “anti-regime”, nomeadamente as manifestações contra os seus aliados militares.²³ Esta competição evidenciou-se a partir do surgimento de uma facção radical dentro das FA que, baseando-se no “poder popular” e nas organizações unitárias de base, visava desempenhar um papel autónomo em relação à facção “gonçalvista”: este facto agravou os conflitos entre as forças de esquerda já presentes na sociedade civil, sobretudo no movimento sindical e nas organizações populares.

Apesar de o primeiro pacto partidos-MFA representar, pelas prerrogativas garantidas à elite militar, uma importante afirmação da estratégia seguida pelo PCP, a lógica emergente das primeiras eleições pôs em crise a legitimidade revolucionária sobre a qual se baseava a integração institucional do PCP e o poder do MFA. A interpretação do PCP baseava-se na dicotomia entre a “maioria dos votos” e a “maioria do povo”:²⁴ o processo eleitoral devia ter apenas um papel marginal e subordinado em relação à dinâmica revolucionária e à sua originalidade, que tinha origem na presença e nas funções desenvolvidas pelos militares, facto que levava à recusa de uma democracia parlamentar de tipo ocidental.²⁵

Durante o “Verão quente” podem distinguir-se dois períodos nas relações inter-partidárias do PCP: uma primeira fase, que vai até 25 de Agosto de 1975, em que as relações inter-partidárias são protagonizadas pelos dois maiores partidos da esquerda, PS e PCP; e uma segunda fase caracterizada pela polarização e radicalização entre dois “blocos” distintos — apesar da heterogeneidade interna —, PCP e partidos de extrema-esquerda por um lado, e, por outro, PS, PPD e CDS.

Depois da tentativa avançada por alguns militares da facção “gonçalvista” de formar uma “união de esquerda” entre PS, PCP, FSP e MDP que constituísse a “contrapartida civil do MFA”,²⁶ a hostilidade entre o PCP e o PS estendeu-se quer ao âmbito institucional quer ao nível do poder local e das respectivas bases partidárias, acabando por levar à crise governamental em Julho de 1975.²⁷

A partir da formação do V governo provisório, a análise da política de alianças seguida pelo PCP demonstra como os comunistas receavam um progressivo isolamento, pondo em causa a consolidação das posições conquistadas a nível institucional e da sua estrutura organizativa. A partir da evidência da falta de unidade da elite militar, o partido comunista procurou abrir o seu espaço de manobra, tentando encontrar uma solução negociada com as partes civis e militares que contestavam a conduta do primeiro-ministro. Em relação ao PS, esta posição teve um objectivo bastante definido, que era o de radicalizar as posições dentro do partido, procurando uma cisão ou uma maioria disponível para o alinhamento com o partido comunista, como demonstram as negociações para a formação do V governo provisório.²⁸

Em relação aos partidos da extrema-esquerda, depois dos conflitos entre PCP e as forças radicais a que se desenvolveram em torno das ligações entre MFA, partidos e organizações de base (comissões de moradores, comissões de trabalhadores, etc.), no fim de Agosto de 1975 deu-se uma viragem com a tentativa de assinar um acordo entre PCP e os partidos mais radicais no âmbito da Frente de Unidade Revolucionária (FUR). A radicalização do PCP, em contraste com a resolução tomada pelo Comité Central (CC) a 10 de Agosto, era funcional à concretização dos apelos de convergência das forças de esquerda proclamados pela elite militar progressista:²⁹ todavia, as diferentes relações estratégicas que cada partido desenvolvia com as facções militares determinaram a impossibilidade de continuar uma política de alianças entre os comunistas e os sectores mais radicais.

Apesar da ruptura entre o PCP e a coligação da FUR, a aproximação dos dois grupos manteve-se durante os meses que precederam o 25 de Novembro. A linha principal da acção do partido durante este período, visível sobretudo a partir do

comunicado do CC de 9 de Outubro, foi manter-se aberto às negociações com o PS e com o “grupo dos nove”, aliando-se com a extrema-esquerda nas questões pontuais e substanciais, utilizando a mobilização como instrumento de pressão por baixo para tentar subverter a correlação de forças dentro da elite militar.³⁰

Com o 25 de Novembro, houve um processo de redimensionamento dos partidos de extrema-esquerda que levou o PS e o PCP a procurar um afastamento dos sectores mais radicais. A estratégia principal das alianças partidárias do PCP tornou-se evitar o isolamento e a marginalização. A atitude da nova maioria militar no poder permitiu a adopção de uma dupla forma de acção, defensiva por um lado e ofensiva por outro: procurando uma possível colaboração com as forças governamentais, sobretudo no sentido de defender as “conquistas revolucionárias”, mas aproveitando as posições de força adquiridas na sociedade civil (através da estrutura sindical e da intervenção do estado em vários sectores) e dentro das FA para afirmar a impossibilidade de governar contra o PCP.³¹ Esta posição reflectiu-se no processo de negociação do II pacto partidos-MFA e da organização do poder político na Assembleia Constituinte em que o PCP conseguiu manter uma influência importante nas decisões políticas, manifestando um evidente desequilíbrio entre o peso eleitoral do partido e a capacidade de interferência a nível institucional.

O PCP e a sociedade civil: organização, participação e mobilização

A estrutura do partido em 1974 ainda era muito básica, devido principalmente ao longo período de clandestinidade. Para além da estrutura formal, o PCP dispunha de uma organização informal de relacionamento com as forças armadas, estruturada segundo um critério geográfico — um responsável para cada região militar — e um critério hierárquico e funcional.³² Apesar da influência ideológica e cultural do PCP em relação ao sector militar, pelos elementos analisados não resulta que se tivesse criado uma organização dentro das forças armadas directamente subordinada às directivas do partido, excepto no caso dos Serviços Militares Técnicos. Esta adaptação funcional dos órgãos dirigentes foi ditada não apenas pelas características institucionais que o processo de transição manifestou, como também pela cautela do partido em relação às incertezas ambientais — rumo imposto pelos militares — e pela flexibilidade e indecisão das alianças político-militares.

Considerando a forma de implantação dos partidos portugueses, Farello Lopes afirma que o PCP alcançou a estrutura de um partido de massas através de um processo de “penetração”.³³ Durante os anos da clandestinidade, o partido comunista desenvolveu uma forte penetração nos centros urbanos, nos principais pólos industriais e nas regiões do Alentejo e do Algarve. A partir de uma organização baseada nas “células” dentro de empresas e instituições, desenvolveu-se durante os primeiros meses da transição uma implantação territorial que, segundo os órgãos de informação do PCP, alcançou a plena expansão organizativa em meados de 1975. Em relação ao estatuto de 1965, a única alteração aprovada durante o VII congresso (extraordinário) em Outubro de 1974 foi a adaptação do PCP à divisão administrativa do país em distritos.³⁴ Esta fase de expansão reflecte-se também no

crescimento do número de militantes e simpatizantes, alcançando cerca de 100.000 inscritos em Maio de 1975. É importante notar que até às eleições para a Assembleia Constituinte quer o número de filiados quer a participação e as actividades de mobilização organizadas pelos partidos constituíam o único referente da legitimidade das novas forças políticas, evidenciando-se neste período uma superioridade “estrutural orgânica” do PCP em relação aos principais actores do sistema partidário.

Esta estrutura embrionária desenvolveu-se depois do 25 de Abril, segundo uma lógica constante, através das várias actividades programadas pelos órgãos do partido, podendo distinguir-se entre manifestações, comícios e sessões de esclarecimento.³⁵ Nos primeiros meses, o esforço para implantar o partido tornou-se evidente pelo aumento crescente das actividades entre Maio e Outubro de 1974, privilegiando a organização de comícios que, muitas vezes, coincidiam com a inauguração da abertura da sede do partido ou de centros de trabalho. Por outro lado, as manifestações do PCP caracterizaram-se pelo carácter unitário, pois envolviam também a participação dos outros partidos presentes no governo: todavia, da análise do processo de mobilização emerge que existia unidade entre os partidos que participavam no governo provisório apenas em torno de questões pontuais, ressaltando a estreita ligação entre PCP e MDP no processo de mobilização.³⁶

Depois do VII congresso, a questão sindical e as discussões sobre as perspectivas económicas constituíram a causa principal do alto número de sessões e comícios do PCP, ao contrário das manifestações que se realizaram apenas em Janeiro, sobre a questão da “unicidade”, e com o 11 de Março. A crescente mobilização do PCP demonstrou também a tentativa de alcançar uma mais profunda distribuição da organização partidária por todo o país: todavia, apesar do esforço de penetração nas regiões onde a implantação era mais fraca, os níveis de mobilização do PCP em alguns distritos do Norte (Bragança, Castelo Branco, Guarda e Viana do Castelo) continuavam a ser muito baixos.

Que o PCP se encaminhasse para a estrutura de um partido de massas revolucionário é evidenciado também pelo facto de desenvolver as funções de socialização e de integração, juntamente com a actividade partidária a nível institucional, através do enquadramento do “movimento popular de massas”, isto é, a segunda componente activa do processo revolucionário. A partir de Janeiro de 1975 a acção do partido comunista e do MDP levou à organização de encontros unitários de várias categorias de trabalhadores em que se discutiam problemas sectoriais e a questão da sabotagem e da crise económica que afectava o país.³⁷ Esta capacidade organizativa era um reflexo da penetração do partido dentro das organizações sindicais que podiam mobilizar um grande número de trabalhadores: os dois objectivos principais eram tentar pressionar o governo para a implementação de políticas antimonopolistas e antilatifundiárias, por um lado, e aumentar a expansão do partido na sociedade civil através do controlo vertical, por outro, utilizando como instrumento principal as suas estruturas paralelas.

Durante o período do “Verão quente”, as formas de mobilização do PCP caracterizaram-se por dois factores: o primeiro é o começo dos movimentos anticomunistas e os ataques às organizações do partido; o segundo é a forma que assume a luta político-partidária, concentrando-se essencialmente no “duelo das manifestações”³⁸

entre os diferentes actores políticos e militares. É esta a forma de mobilização que emerge como traço principal da acção do partido: num primeiro período, até Setembro de 1975, a mobilização das forças políticas tentou influenciar a crise político-militar através do apoio aos vários documentos propostos pelo MFA; num segundo período, que vai de Outubro ao 25 de Novembro, as manifestações versaram sobre questões mais pontuais, mas continuavam a ter como objectivo principal a inversão da correlação de forças a nível institucional e militar. Analisando as principais características das manifestações do PCP, é possível distinguir três tipos diferentes: as manifestações “unitárias”, que englobavam as forças da extrema-esquerda, as manifestações de apoio aos Soldados Unidos Vencerão (SUV) e as “sectoriais”.³⁹ As primeiras desenvolveram-se de forma bastante constante durante todo o período, apesar das relações conflituais entre PCP e FUR, concentrando-se exclusivamente na área da grande Lisboa, onde as forças de extrema-esquerda tinham de facto maior implantação. Dentro dos partidos maioritariamente presentes na acção mobilizadora do PCP, é ainda o MDP que apresenta um nível mais elevado, sobretudo nas formas de mobilização “unitárias” organizadas nas regiões do Alentejo e do Algarve.⁴⁰

A partir de Outubro, a forma mais importante da acção do partido comunista foi a crescente utilização da sua organização para contestar a política do VI governo e a nova maioria dentro das FA, através de várias modalidades que incluíram greves, manifestações e boicotes, muitas vezes com o apoio das forças de extrema-esquerda. A actuação do PCP demonstrava a tentativa de recuperar parte da hegemonia que perdera em relação aos outros partidos em certos sectores, nomeadamente nas estruturas militares, no campo laboral e no sector agrícola. Isto é demonstrado também pela distribuição geográfica: mais de 80% das actividades concentraram-se em 6 distritos, correspondentes às zonas de maior implantação do partido.

Embora houvesse, até ao 25 de Novembro, uma colaboração entre a parte mais radical das bases do PCP e as forças de extrema-esquerda, não há provas de que os quadros dirigentes apoiassem uma estratégia de tipo insurreccional. O “esquerdismo” do PCP limitava-se, neste período, a utilizar a mobilização social para alcançar objectivos pontuais e específicos no sentido de uma remodelação do governo e do CR, e da defesa das “conquistas da Revolução”. Exemplo disso é a atitude para com os SUV, que o PCP apoiou, embora lhes atribuisse um papel limitado, pois deviam servir mais como instrumento para travar a possibilidade, por parte dos oficiais moderados, de recuperar o controlo sobre as FA, do que constituir um verdadeiro exército popular.

Os dados empíricos sobre a mobilização do partido demonstram que o 25 de Novembro foi um momento importante por marcar uma nova viragem das formas de mobilização: para além da diminuição das actividades do PCP, houve uma fraca utilização das manifestações e evidentes desequilíbrios na distribuição geográfica, sendo a mobilização do partido praticamente nula em quatro distritos (Bragança, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu), dadas as dificuldades socioculturais de implantação do PCP naquelas zonas e a continuação dos ataques de movimentos anti-comunistas até Março de 1976.⁴¹ A posição mais defensiva assumida pelo partido dentro do sistema político é confirmada também pela concentração da mobilização

nas zonas de maior implantação: nesta fase, portanto, havia uma aposta na defesa das posições alcançadas e uma paragem na expansão da própria organização.⁴²

Considerações finais

A análise do papel desenvolvido pelo PCP no processo de transição para a democracia evidencia a importância dos constrangimentos e oportunidades a nível institucional, assim como a influência das elites não partidárias quer a nível organizativo quer a nível estratégico. Considerando, do ponto de vista analítico, três níveis distintos de acção — a configuração institucional, o sistema partidário e a mobilização —, as lógicas de integração política, por um lado, e de integração institucional, por outro, adquirem diferentes prioridades nas várias fases de transição. A preocupação básica do PCP foi, sobretudo a partir do 28 de Setembro, manter a aliança com a ala “progressista-radical” do MFA que se tornou garante da integração do partido comunista no sistema político. A convergência que se verificou entre o PCP e a facção “gonçalvista” em torno da institucionalização do MFA, das políticas económicas e da “unicidade sindical” representou um recurso fundamental para influenciar o processo de transição e adquirir posições importantes nas novas instituições e na sociedade civil.

Do mesmo modo, a competição inter-partidária tinha como eixo central a capacidade de angariar o suporte do MFA e de influenciar a correlação de forças dentro da elite militar. Neste sentido, do ponto de vista teórico o caso português demonstra que a competição inter-partidária não afecta o tipo de organização dos partidos, mesmo em presença de profundos conflitos ideológicos. A utilização das formas de mobilização feita pelos principais partidos políticos foi condicionada pelos acontecimentos a nível institucional e pela correlação de forças político-militar, sem por isso influenciar de forma relevante a estrutura organizativa, facto evidenciado pela prioridade atribuída pelos principais partidos à escolha do regime e à tentativa de controlar a incerteza do quadro político-institucional.

Por outro lado, a estratégia organizativa e de mobilização do PCP foi subordinada a apoiar e influenciar a componente mais “radical” da elite militar. Isso é demonstrado pela análise da evolução das formas de mobilização, por um lado, como também pelas características institucionais do processo de transição, por outro. Apesar das tentativas de expandir a sua base social de apoio e de penetrar em zonas de fraca implantação, o PCP não conseguiu alargar a sua implantação para além das áreas de Lisboa, Setúbal e do Alentejo, evidenciando já neste período alguns traços típicos da geografia eleitoral comunista. Esta tendência foi reforçada também pela intervenção do estado nalguns sectores económicos que permitiram ao PCP dispor de importantes recursos a nível institucional. De facto, para além dos recursos na comunicação social e nos sindicatos, o partido comunista conseguiu beneficiar da integração institucional sobretudo através da aliança com o MFA, subordinando a estruturação da organização e a utilização da mobilização às variações na correlação de forças político-militar. No momento em que se agravou a crise de estado e as outras forças políticas recorreram às forças da sociedade civil

como referente da legitimidade eleitoral, o PCP demonstrou os limites da sua organização e a sua dependência da distribuição do poder no interior do MFA. Deste ponto de vista, a análise da estratégia organizativa e de mobilização nas diferentes fases da transição leva a pôr em segundo plano a importância relativa do factor ideológico em relação à estruturação da organização: pelo contrário, os recursos materiais, estratégicos e simbólicos do partido tiveram uma importância fundamental para tentar influenciar as relações de força a nível político-militar e condicionar o processo de transição a partir das posições conquistadas nas instituições.

Notas

- 1 Este artigo constitui parte da minha tese de mestrado sobre o Partido Comunista Português (PCP) na transição para a democracia (1974-1976) e considera um conjunto de doze entrevistas realizadas a militares e dirigentes do PCP e do MDP.
- 2 Veja-se O' Donnell, G. e Schmitter, P. C., *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986; Linz, J. e Stepan, A., *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1996.
- 3 Cf. Morlino, L. "Democratic Establishments: A Dimensional Analysis", em Enrique A. Baloyra (org.) *Comparing New Democracies*, Boulder, Westview Press, 1987, pp. 109-112; Pridham, G. "Southern European Democracies on the road to Consolidation: a Comparative Assessment of the role of Political Parties", em Geoffrey Pridham (org.) *Securing Democracy*, Londres, Routledge, 1990, pp. 1-41; Pridham, G. e Lewis *Stabilising Fragile Democracies*, Londres, Routledge, 1996, Sorensen, G., *Democracy and Democratization*, Oxford, Westview Press, 1998.
- 4 Cf. Van Biezen, I., *Political Parties in New Democracies*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan, 2003.
- 5 Cf. Maxwell, K., "Regime Overthrow and the Prospects for Democratic Transition in Portugal", em Guillermo O' Donnell, Philippe C. Schmitter e Laurence Whitehead (orgs.), *Transitions from Authoritarian Rule: Southern Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986, pp. 109-112; Schmitter, P. C., *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999, p. 209.
- 6 Cf. Sánchez Cervelló, J., *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1993, pp. 430-1. Esta opinião porém não é partilhada por todos os analistas políticos que se debruçaram sobre a transição portuguesa: alguns evidenciam o papel desempenhado pelos partidos políticos, enquanto outros enfatizam a intervenção decisiva das "massas" e dos movimentos populares no processo de democratização. Para uma análise global deste problema veja-se Rezola, M. I., "Del Movimiento de los Capitanes al Consejo de la Revolución: la cuestión electoral y el debate en torno a la institucionalización del Movimiento de las Fuerzas Armadas", *Historia y Política*, n.º VII, 2002, pp. 182-4.
- 7 A teoria do "levantamento nacional" foi elaborada durante o VI congresso do PCP em 1965 e baseava-se em duas componentes, a militar e a popular. Todavia, as FA

- passaram a ser identificadas na sua totalidade com o MFA, considerado o verdadeiro “motor” do processo revolucionário (cf. Cunhal, A., *Rumo à Vitória*, Lisboa, Edições Avante!, 1974; Cunhal, A., *A Revolução Portuguesa. O passado e o Futuro*, Lisboa, Edições Avante!, 1976).
- 8 Apesar das divergências entre Spínola e o PCP relativas aos modelos de desenvolvimento interno do país, o partido comunista não se opôs às principais linhas de política externa avançada pelo presidente, como as relações com a CEE, as bases militares dos Açores e as relações com a Espanha franquista (cf. Maxwell, K., *A construção da democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1999: 95-96; Shelton, R. L., *The Partido Comunista Português (PCP): The Development of the Communist Party in Portugal, 1921-1976*, Ann Arbor, UMI, 1997, pp. 121-123). Porém, receando uma possível ilegalização do partido, o PCP manteve-se sempre contrário a medidas que podiam expor publicamente os seus militantes e simpatizantes, como por exemplo a recolha de assinaturas para a participação nas eleições (cf. Palacios Cerezales, D., *O Poder Caiu na Rua*, Lisboa, ICS, 2003, p. 116).
 - 9 Spínola chegou a reconhecer a preparação, nas vésperas do 28 de Setembro, de medidas de excepção para “impedir as actividades conspiratórias do PCP no seio das Forças Armadas, obrigando a abandonar a ditadura do proletariado no seu programa e a não impedir a institucionalização da democracia” (*Público*, 12-XI-2000).
 - 10 Cf. Rato, V., “As Forças Armadas e a Democracia Portuguesa”, *Nação e Defesa*, n.º 94, 2.ª série, 2000, p. 136.
 - 11 Cf. Barreto, J., *A formação das centrais sindicais e do sindicalismo contemporâneo em Portugal (1968-1990)*, dissertação de doutoramento, texto policopiado, Lisboa, ICS, 1991; Pinto, A. C., “Saneamentos políticos e movimentos radicais de direita na transição para a democracia, 1974-1976”, em Fernando Rosas (cord.), *Portugal e a Transição para a Democracia*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.
 - 12 As duas alternativas em discussão deveriam ser, na opinião do líder comunista, atribuir um número fixo de delegados militares na Assembleia Constituinte ou estipular um acordo entre partidos políticos e MFA que definisse as linhas gerais da Constituição e das políticas estruturais a implementar (Cunhal, A., *Discursos Políticos II*, Lisboa, Edições Avante!, 1975, p. 124).
 - 13 Apesar das ambiguidades e dos diferentes conteúdos dos dois documentos, o PCP apoiou-os a ambos porque era essencial estar aliado ao MFA. Como sublinha um militar do CR “como o poder estava no MFA, se [o PCP] queria acompanhar o processo revolucionário e influenciar ou exercer parte do poder, é evidente que tinham de estar aliados. Isso era uma questão estratégica, e eles [o PCP] puseram-na em prática; nem sempre estiveram de acordo connosco mas não exteriorizaram estas coisas”.
 - 14 Cf. Cunhal, A., *A crise político-militar. Discursos políticos V*, Lisboa, Edições Avante!, 1976, pp. 132-138. É significativo o facto de o texto do CC no momento da primeira publicação não apresentar as passagens mais críticas em relação ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves, incluídas em 1976: perante a lógica radical avançada pela facção “gonçalvista”, o PCP afastava-se procurando outras linhas de negociação, nomeadamente com o “grupo dos nove”, para sair da crise

institucional (cf. Louça, F., "A vertigem Insurrecional: Teoria e política do PCP na viragem de Agosto de 1975", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17 (Maio), 1984, p. 158).

- 15 A ilegalização do partido comunista voltou a ser discutida, depois do 25 de Novembro, nos encontros entre membros do CR e sectores militares e civis ligados aos ataques terroristas: foi decisiva, neste sentido, a reunião de 11 de Janeiro entre Vítor Alves e Alpoim Calvão que, apesar das divergências dentro da elite militar, demonstrou manter o objectivo de não hostilizar o PCP, tendo também o aval do então primeiro-ministro (cf. Dâmaso, E., *A Invasão Spinolista*, Lisboa, Fenda 1999, pp. 95-101).
- 16 Cf. Stock, M. J., *Elites, Facções e Conflito Intra-partidário*, dissertação de doutoramento em Sociologia, texto policopiado, Évora, Universidade de Évora, 1989, pp. 268-9.
- 17 De facto, os partidos que faziam parte da chamada "extrema-esquerda", cuja maioria teve origem nas cisões do PCP a partir de 1964, tinham uma implantação concentrada nos centros urbanos de Lisboa e do Porto e uma base social de apoio formada essencialmente por estudantes e intelectuais, sendo fraca a penetração dentro da classe trabalhadora (cf. Lomax, B. "Ideology and Illusion in the Revolution", em Lawrence S. Graham e Douglas L. Wheeler (orgs.), *In Search of Modern Portugal: The Revolution and its Consequences*, 1983, p. 109). O fenómeno da fragmentação resultou particularmente relevante até à entrada em vigor do D/L n.º 594 e 595 de 7 de Novembro de 1974 e com a racionalização levada a cabo pelas eleições de 25 de Abril 1975, pois não havia nenhum requisito legal para a formação de partidos políticos (cf. Sousa, M. R. de, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 238). Para uma descrição dos principais partidos da extrema-esquerda veja-se González Hernández, J., *Desarrollo político y consolidación democrática en Portugal (1974-1998)*, Madrid, Centro de Investigaciones sociológicas e Universidad de Salamanca, 1999, pp. 71-84.
- 18 Para uma análise das teses do VII congresso do PCP e das características teórico-ideológicas veja-se o ensaio de Gaspar, C., "A tese da "revolução democrática e nacional"", em Carlos Gaspar e Vasco Rato, *ob. cit.*, pp. 13-58.
- 19 A influência do MDP como organização frentista foi relevante sobretudo na questão dos saneamentos e da substituição dos órgãos do poder local (cf. Palacios Cerezales, D., *ob. cit.*, pp. 55-56).
- 20 Cf. Sánchez Cervelló, J., *ob. cit.*, p. 202.
- 21 O facto de as outras forças políticas afirmarem que o MDP era um "partido satélite" do PCP prende-se com a forma como os dirigentes do Movimento dependiam das orientações do partido comunista. Apesar da presença de militantes comunistas ou afeiçoados ao PCP, não há provas da existência de um organismo dentro do MDP directamente dependente dos dirigentes comunistas. Mesmo depois da transformação em partido, em Novembro de 1974, o Movimento contava também com independentes e liberais, mantendo características internas de uma organização plural.
- 22 A análise da imprensa testemunha várias tentativas de colaboração entre os dois

- partidos até ao 11 de Março, momento em que se consolida o poder da facção “gonçalvista” no interior das forças armadas.
- 23 Cf. Hammond, J. L., *Building Popular Power*, Nova Iorque, Monthly Review press, 1988, pp. 137-140.
- 24 Cf. PCP, *Documentos do Comité Central do Partido Comunista Português*, II vol., Lisboa, Edições Avante 1975, p. 89.
- 25 Ver as declarações de Cunhal à imprensa estrangeira na altura das eleições e os documentos do PCP (cf. PCP, *ob. cit.*, p. 90 e sg.).
- 26 Cf. *Expresso*, 17-V-1975.
- 27 Este conflito nunca levou porém a um corte das relações entre os dois partidos, pois houve, mesmo depois da saída do PS do governo, a tentativa de entabular negociações, embora nunca fosse possível chegar a um acordo comum: na minha perspectiva, este facto tem origem na possibilidade de cada parte tentar condicionar o processo, tendo em conta as oportunidades oferecidas pelas divisões dentro da elite militar.
- 28 Isso demonstra também até que ponto os dois actores principais — militares, por um lado, e partidos, por outro — se influenciavam reciprocamente através da sobreposição de alianças formais e informais e a formação de aproximações conjunturais entre as várias forças: dado que, do ponto de vista da situação militar, era impossível estabelecer uma aliança entre “gonçalvistas” e “otelistas”, o PCP procurava uma convergência com o PS para que o “grupo dos nove” aceitasse integrar a base de apoio do primeiro-ministro e se ultrapassasse a crise do governo através da formação de uma maioria de esquerda.
- 29 Apesar das influências directas que os militares podem ter tido no processo de constituição da FUR, é evidente que a plataforma assinada entre os partidos radicais da esquerda reflectia o processo de radicalização que a ala “gonçalvista” sofreu, sobretudo a partir da decisão de apoiar o Documento-Guia.
- 30 Cf. Harvey, R., *Portugal: Birth of a Democracy*, Londres, MacMillan Press, 1978, p. 87.
- 31 Cf. Aguiar, J., *A Ilusão do Poder*, Lisboa, Dom Quixote, 1982, p. 298.
- 32 O secretário-geral do PCP era o único a ter a prerrogativa de estabelecer relações com generais das forças armadas e era o número um da área de relacionamento com os militares; seguiam-se, respectivamente, Jaime Serra e Raimundo Narciso. Havia também um elemento do CC do PCP para cada ramo das FA: Raimundo Narciso para o Exército, Jorge Matos para a Marinha e Ângelo Veloso para a Força Aérea.
- 33 Cf. Lopes, F., “Os Partidos Políticos”, em Fernando Farelo Lopes e André Freire, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*, Lisboa, Celta Editora, 2002, pp. 46-7.
- 34 Na altura do golpe do 25 de Abril só existiam 4 comités distritais e poucas dezenas de comités municipais e de freguesia. A reestruturação da organização do PCP verificou-se a partir de Julho de 1974 com a criação das DORs (Direcção da Organização Regional), Comités Regionais, Distritais, Municipais e de Freguesia. Em Dezembro de 1974 já existiam 7 DORs e 18 comissões distritais que se tornaram 22 quando abriram as comissões nas ilhas adjacentes (cf. Cunha, C., *The Portuguese Communist Party's Strategy for Power, 1921-1986*, Nova Iorque, Garland Publishing, 1992).

- 35 Esta secção baseia-se no levantamento sistemático das acções de mobilização do PCP feito a partir das informações que constam no *Avante!* e no *Militante*, recolhendo mais de 2.200 acontecimentos. Como o objectivo do texto é reconstruir as tendências e as principais características das mobilizações, aqui interessa sobretudo evidenciar a evolução qualitativa nas diversas fases da transição, deixando de lado os valores numéricos.
- 36 A participação dos partidos do governo provisório nas manifestações era causada pela oposição à política de descolonização avançada pelo presidente Spínola. Por outro lado, o 28 de Setembro foi importante não apenas porque o PCP demonstrou uma forte capacidade de mobilização e uma relativa autonomia em relação às outras forças político-partidárias, mas também por constituir um repertório de acção colectiva muito utilizado sobretudo no “Verão quente” (e no 11 de Março).
- 37 O PCP concentrou a sua actividade no meio laboral, procurando conquistar uma posição hegemónica no seio das Comissões dos Trabalhadores (CTs), enquanto o MDP dedicou maior atenção às Comissões de Moradores (CMs).
- 38 Cf. D. Palacios Cerezales, *ob. cit.*, cap. IV.
- 39 Os SUV eram uma organização para-militar que juntava militares progressistas e radicais. O PCP, segundo as poucas fontes disponíveis, tentou ainda organizar uma estrutura para-militar autónoma, a Acção Revolucionária Praças do Exército (ARPE), sem todavia alcançar uma implantação relevante (cf. J. Sánchez Cervelló, *ob. cit.*, 1993, p. 249).
- 40 Segundo um dirigente do MDP, a convergência entre PCP e MDP “não tinha uma unidade programática, era mais uma convergência de ocasião no quadro do processo revolucionário para pressionar o poder. Era uma mobilização social sem uma grande definição estratégica, um pouco escura sobre o que é que se queria, era mais um movimento estático de intervenção social por, por um lado, influenciar o poder político-militar e, por outro, consolidar um conjunto de medidas que orientassem o processo económico e social do país no sentido socialista”.
- 41 Veja-se, por exemplo, a situação no distrito de Bragança onde a 3 de Fevereiro de 1976 foi assaltado o único centro de trabalho que ainda existia. Porém, segundo alguns dirigentes do PCP isso não foi completamente negativo pois teria ajudado a um melhor enquadramento dos militantes, depurando o partido de elementos que não se identificavam ideologicamente com o partido comunista.
- 42 Enquanto a realização de comícios não teve muita importância, há uma frequência bastante homogénea na organização de sessões de esclarecimento, sobretudo em Dezembro e em Março: no primeiro caso, realizaram-se estas actividades para explicar os acontecimentos do 25 de Novembro, enquanto no segundo caso o assunto principal era a revisão do pacto partidos-MFA.